



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, SINDICALISMO DOCENTE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE EM MINAS GERAIS (1979 – 1983)

Cássio Diniz Hiro

Carlos Bauer de Souza

Agência financiadora: CNPQ

Universidade Nove de Julho

Resumo

Entre os movimentos sociais, o sindicalismo de trabalhadores em educação tornou-se nos últimos 30 anos em um dos principais movimentos da história política e social do Brasil. Junto com os metalúrgicos e os bancários, e de agitações rurais como as patrocinadas pelo Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra, o sindicalismo docente teve um papel importante na conjuntura política ao final do regime civil-militar. Suas entidades representativas constituíram-se em instrumentos de lutas, não só econômicas, mas também políticas, sendo que muitas delas foram protagonistas na massificação da luta contra a ditadura nos anos das décadas de 1970 e 1980. Diante disso, este trabalho investigou a história do sindicalismo docente de Minas Gerais entre 1979 e 1983, buscando responder se este movimento surgiu em consequência do desenvolvimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores em educação – professores principalmente – a partir da análise do processo histórico de seu desenvolvimento, e por meio de fontes primárias como jornais, panfletos, etc., depoimentos e entrevistas qualitativas coletadas entre os personagens que vivenciaram o fenômeno. Tendo como base teórica o materialismo histórico dialético e presença de autores signatários desses referenciais como Edward D. Thompson, Georg Lukács e Amarílio Ferreira Jr., entre outros, esta pesquisa buscou compreender as características da categoria social dos professores, sua realidade sócio-econômica e a sua participação nos processos políticos que resultaram na queda da ditadura civil-militar no Brasil, constituindo-se como um dos principais sujeitos políticos coletivos da sociedade brasileira a partir de então. Como resultado parcial desta pesquisa, chegamos à conclusão de que o movimento sindical docente em Minas Gerais – e acreditamos no Brasil como um todo – teve um caráter contraditório. Nas análises e contextualização das fontes primárias, percebemos que para o setor que era, então, considerado como sendo sua vanguarda, o horizonte se materializava em um projeto de uma nova sociedade construída pela ação coletiva da classe trabalhadora, mesmo que em muitos casos esse projeto, em diferentes situações, não era claro e definitivo. Para o outro setor, a base da categoria, salvo exceções, não vislumbrava a luta política com o objetivo da transformação da sociedade, mas via na mobilização a possibilidade de uma melhora salarial e das condições de trabalho. Isto é, a categoria dos trabalhadores em educação limitou-se – segundo a definição de Lênin – à consciência trade unionista, ou sindicalista, durante o período estudado.

Palavras-chave: História da Educação. Marxismo. Consciência de classe. Sindicalismo docente.

O sindicalismo de trabalhadores em educação tornou-se nos últimos 30 anos em um dos principais movimentos da história política e social do Brasil. Este teve um papel importante na conjuntura política ao final do regime civil-militar. Suas entidades representativas foram os principais instrumentos de lutas, não só econômicas, mas também políticas, sendo que muitas delas foram protagonistas na luta contra a ditadura nos anos 1980. Diante disso, este trabalho busca investigar, sob uma perspectiva histórica, a formação da consciência de classe dos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

trabalhadores em educação, no qual se insere os professores. Tendo como referenciais teóricos Edward P. Thompson, Georg Lukács e Amarílio Ferreira Jr., entre outros, e tendo como marco inicial de investigação a segunda metade da década de 1970, esta pesquisa busca compreender as características da categoria social dos professores, sua realidade sócio-econômica e a sua participação nos processos políticos que resultaram na queda da ditadura civil-militar no Brasil, constituindo-se como um dos principais segmentos da sociedade brasileira a partir de então.

A consciência dos trabalhadores em educação foi colocada em xeque por muitos estudos realizados nos últimos anos. Por tanto questionamos: Os trabalhadores em educação (professores, diretores, supervisores, secretários, auxiliares de ensino, etc.) têm consciência de classe? Afinal, o que é consciência de classe? É possível os professores e demais trabalhadores em educação serem identificados enquanto membros da classe trabalhadora? Para este trabalho apresentamos a análise num determinado momento da história do sindicalismo docente no Brasil. Referimo-nos ao período de 1979 a 1983, cinco anos que abarca o específico fenômeno no movimento sindical no país, e no caso de Minas Gerais, período que vai das primeiras mobilizações, passando pela criação da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE/MG) até a construção da Central Única dos Trabalhadores.

Para efeito de pesquisa, selecionamos o recorte geográfico centrado em duas importantes localidades do Estado de Minas Gerais: a cidade de Belo Horizonte, capital e centro do movimento sindical docente do estado, e a cidade de Caxambu, no sul de Minas. Ambos os cenários balizados pela ação do principal sindicato de docentes do estado: o Sind-UTE/MG – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Partimos desta análise porque acreditamos – do ponto de vista dialético – pode-se compreender o geral, por exemplo, a condição dos professores brasileiros, estudando-se o específico, ou seja, seus percalços em Minas. Sendo assim, escolhemos esse recorte geográfico como foco de análise, permitindo-nos compreender o processo em sua totalidade partindo do específico.





A consciência de classe

Quando estudamos o movimento sindical docente no Brasil, percebemos que nos últimos anos ele vem sofrendo aparentemente um refluxo, isto é, um enfraquecimento de suas mobilizações reivindicativas e ações diretas de massa. Refluxo este demonstrado, salvo algumas exceções, na falta de participação da maioria dos docentes, tanto nas lutas econômicas diretas, quanto em ações políticas de interesse social.

Como foi apontada em levantamento das pesquisas que tratam sobre o tema, a consciência dos trabalhadores em educação foi colocado em xeque por muitos estudos realizados nos últimos anos. Muitos identificaram que o enfraquecimento do sindicalismo docente ocorreu pela falta da consciência de classe dos professores, e que a sua formação não foi efetivada num período anterior.

Em seu artigo “Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro”, Erlando da Silva Rêses faz um questionamento mais ou menos do que:

O aumento da mobilização sindical e a adesão expressiva em greves, sobretudo nas redes públicas, não implicam na constituição de uma “consciência” de classe proletária e não alienada dos professores, mesmo quando estes se vêem inseridos em um processo de pauperização econômica? (RÊSES, 2011, p. 257)

Os professores são trabalhadores que tem, em princípio, uma carga teórica e cultural maior que a maioria dos trabalhadores em geral. No entanto, isso não significa que os mesmos têm a consciência da necessidade de organização e luta coletiva por seus interesses, muito menos do papel econômico e político dentro do sistema.

Diante disso, a formação (ou construção) da consciência pode estar relacionada com a origem social dos mesmos. Os trabalhadores produtivos, aqueles ligados diretamente com a produção de capital e mais-valia, tem sua origem nas próprias classes proletárias, se reproduzindo seguidamente. Já os professores têm origens bastante distintas.

Carlos Bauer, em seu trabalho “A classe operária vai ao campus”, argumenta que muitos dos professores recentemente formados no nível superior têm origem entre os filhos da classe operária, que vêm o ingresso na carreira em nível superior como elemento de ascensão social. Estes, de certa forma, buscam a fuga de sua origem e são cooptados facilmente pela ideologia





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

hegemônica da burguesia, que oferece as chances de encontrar seu lugar cômodo na sociedade. (BAUER, 2010) Já Amarílio Ferreira Junior em sua tese “Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros”, expõe que os professores, historicamente oriundos entre a burguesia e a pequena-burguesia urbana, sofreram nos últimos 40 anos um processo de proletarização, graças à queda do poder de compra de seus salários e a precarização da profissão. (FERREIRA Jr., 1998)

Diante deste rápido levantamento, é possível o professor, enquanto ser coletivo, formar a sua consciência política e de classe? Será que era possível, nos anos 1980, num período de crescimento do sindicalismo docente, ter fomentado esta consciência sobre a massa dos professores, e não apenas de uma vanguarda da categoria? Será que estava em pauta esta proposta por parte desta vanguarda que assumiu a direção do movimento? Havia um projeto político para tal?

Algumas hipóteses podem ser levantadas. Segundo alguns pesquisadores, o professor enquanto trabalhador improdutivo está impossibilitado de adquirir consciência de classe, pois não está inserido na concepção de proletário, isto é, não produz diretamente o capital e a mais-valia.

Mas o que ele é então? Ele não possui os meios de produção, então, não é um burguês. A sua sobrevivência está condicionada a venda de sua força de trabalho, seja para o empresário do ensino particular, seja para o Estado-patrão. Isso o classificaria como trabalhador. Mas já vimos acima que alguns não o encaixam enquanto trabalhador produtivo. Essa indefinição pode estar gerando a dificuldade atual da categoria dos professores e trabalhadores em educação em formar a sua consciência de classe, e assumir um papel de luta econômica e política contra o capitalismo. Por isso torna-se necessário uma pesquisa aprofundada sobre o tema para responder estes questionamentos tão presentes no debate sindical e acadêmico nos dias de hoje.

Referencial Teórico

Esta pesquisa parte do princípio da necessidade de construção de um pensamento contra-hegemônico, isto é, comprometido em dar uma análise diferente daquelas consagradas pelos meios acadêmicos, compromissada com uma reinterpretação dos fenômenos sociais, entre eles o movimento sindical docente. Por isso acreditamos que a interpretação marxista, por meio de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

instrumentos de análise como o materialismo dialético e histórico, servirá de base para as análises e reflexões acerca da história das lutas e dos desafios políticos dos trabalhadores em educação do Brasil, particularmente os que atuam em Minas Gerais.

A base central deste referencial teórico centra-se nos trabalhos de Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1903). Estes autores foram responsáveis por uma vasta obra que analisou o recém desenvolvido sistema capitalista, tanto em suas esferas infra-estruturais quanto superestruturais. As suas conceituações acerca do funcionamento do modo de produção capitalista e suas caracterizações da sociedade e da política deram uma nova luz a interpretação do mundo e dos fenômenos sociais.

Não podemos supor que tanto Marx quanto Engels contemplaram a totalidade dos assuntos. Eles, na verdade, criaram os instrumentos capazes para outros continuarem a sua interpretação. Dentro do campo que queremos pesquisar, devemos dar destaque para nomes como Georg Lukács, Antonio Gramsci, E. P. Thompson, entre outros, que abarcam categorias de análise, como: historicidade, consciência, ideologia e intelectual orgânico, corporativismo, sindicalismo docente e luta de classes.

A História nos mostrou que a consciência de classe é possível de ser construída entre os trabalhadores. A Revolução Russa de 1917 é um exemplo claro desta lição. Todo processo revolucionário – vitorioso ou não – mas que avançou na luta de classes, apontou a elevação da consciência de *classe em si* para *classe para si* como instrumento fundamental de tais processos.

Edward Thompson, em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, faz uma análise bastante interesse acerca das origens do proletariado na Inglaterra no século XVIII. Mas também busca compreender a formação cultural e principalmente o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. Essa compreensão parte de uma análise histórica, no qual o mesmo aponta que tanto uma classe social, quanto a sua consciência classista parte de uma construção histórica, gestada a partir das suas experiências. “Se lembramos que classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira” (THOMPSON, 2010, p. 11). Para ele, é a experiência que se produz no corpo a corpo da luta e da materialidade da vida que desenvolve a consciência de classe, e esta se estrutura e se desenvolve no âmbito das ações coletivas, e não na





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

esfera do indivíduo, pois é o ser social que se torna determinante na formação da consciência classista.

Thompson busca fugir da concepção mecanicista de classe social, vista normalmente – mesmo entre os marxistas – como algo “impostas às evidências” (2010). Classe social não é definida simplesmente observando o lugar que o indivíduo se insere na estrutura econômica – infra-estrutura – de forma simplória, mas a partir de sua experiência histórica:

Se detemos (sic) a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 2010, p. 11 - 12)

Intelectuais como Georg Lukács, aprofundaram a conceitualização de consciência de classe. Lukács vai analisá-la em sua obra *História e Consciência de Classe*, no qual expõe que a consciência é um elemento de auto-identificação de classe, mas esta identificação só pode ser caracterizada em relação ao seu papel econômico (da classe), separada das questões culturais, religiosas ou aristocráticas. Por isso só podemos falar em consciência real com o desenvolvimento do capitalismo e a superação do Antigo Regime. Antes disso, a consciência é falsa-consciência (LUKÁCS, 1974).

No capitalismo, a única classe capaz de formar uma consciência de classe é o proletariado, pois ele é o único a reunir elementos como o papel predominante na produção de capital e mais-valia e seu papel econômico e histórico no desenvolvimento e na superação do capitalismo. As demais classes, como o campesinato, não reuniriam os elementos necessários para isso. Muito menos a burguesia, que na atual situação histórica não só não cumpre o papel revolucionário como também impõe a dominação sobre as demais, isto é, é o principal ator da exploração e manutenção capitalista.

A burguesia, segundo Lukács (1974, p. 68), seria incapaz de formar uma consciência de classe, mas sim falsa-consciência. Mesmo tendo claro seu papel no modo de produção econômica, a burguesia não fomenta uma própria consciência de classe, pois está impregnada da idéia do capitalista individual, no qual o indivíduo disputa o espaço com outros capitalistas. Esta idéia impede o desenvolvimento de uma consciência classista, do contrário, a consciência burguesa é

3882





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contraditória e revelaria toda a sua “cruzeza” de sua posição e colocaria em risco esta mesma posição. Por isso há apenas os interesses de classe, que unifica seus membros na defesa de interesses comuns. Caso contrário, há a disputa direta entre eles. (só como exemplo macro, a Primeira Guerra Mundial e a intervenção da Inglaterra burguesa contra a Revolução burguesa na França. Para a burguesia não existe “solidariedade de classe”)

Devido as características particulares da consciência burguesa, Georg Lukács chama de “falsa-consciência”. Essa falsa-consciência, que abarca além dos interesses da classe, como também sua visão de mundo, é usada como instrumento intitulado *ideologia*, para se impor e destruir a possibilidade de construção da consciência de classe do proletariado (ideologia da classe dominante). É o instrumento para a conquista da hegemonia sobre a sociedade como um todo.

No entanto, segundo estes autores, para se desenvolver uma consciência de classe os trabalhadores devem ser parte da classe proletária, isto é, produzirem mercadorias e mais-valia. Muitos autores se voltaram para esta questão, analisando se todos os trabalhadores assalariados se encaixam nesta condição. E os classificaram entre trabalhadores produtivos e improdutivos. Sérgio Lessa, por exemplo, analisa a situação dos trabalhadores no novo cenário que o capitalismo se encontra atualmente. As mutações sofridas nos últimos 30 anos fizeram, segundo ele, com que a massa de trabalhadores se deslocasse do grupo dos produtivos para o grupo dos improdutivos, questionando inclusive se ainda existiria o caráter revolucionário do atual proletariado (LESSA, 2007).

Podemos considerar os trabalhadores em educação, entre eles os professores, como parte do proletariado? Como já exposto acima, alguns autores apontam que os professores não geram capital em mercadorias nem mais-valia por meio de seu trabalho. Vitor Henrique Paro conceitua dois tipos de docentes: o professor de escola particular e o professor de escola pública. Ele considera o primeiro como trabalhador produtivo, pelo fato de que ao lecionar, o seu trabalho gera lucro, que retorna em forma de mensalidades, que por sua vez retorna mais-valia para o dono da escola. O segundo caso seria um trabalhador improdutivo, que não gera mais-valia imediata, pelo ensino ser público e seu patrão, ser o Estado (PARO, 1996).

Sadi Dal Rosso (2011, p. 25) questiona o caráter improdutivo do professor da esfera pública. Ele aponta que diretamente o trabalho docente não gera mercadoria, mas o que atribui





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

valor a mercadoria é justamente a força de trabalho humana incorporada a mercadoria, sendo que a própria força de trabalho é uma mercadoria, a mais importante de todas. A educação, mesma a da esfera pública, será responsável pela produção desta força, desta mercadoria, conferindo a si a materialidade de sua produção¹.

Ao retomarmos a análise marxista sobre a consciência de classe, não podemos esquecer que ela não é fruto de uma construção idealista, isto é, sua consciência depende de outros fatores que ultrapassam a esfera individual. A consciência é fruto (e construída) da própria realidade histórica concreta no qual se encontra. A concepção política do seu ideário e trajetória social que fomenta a atuação dos trabalhadores em educação, possui ao menos três dimensões: a) a conjuntura econômica (condições materiais), b) a esfera política (organização e participação nos embates da luta de classes) e c) desenvolvimento ideológico – subjetivo – da sociedade.

Neste momento histórico, o movimento sindical começou a ser visto, em nossa opinião, como elemento essencial – não único – para o desenvolvimento político dos trabalhadores em educação. Esta atuação sindical e política dos mesmos pressupõem a transformação social, tanto em sua realidade material, conseqüentemente o desenvolvimento de sua consciência.

Metodologia de Pesquisa

Para a efetivação desta pesquisa, foi necessário definir procedimentos metodológicos e técnicos que foram usados ao longo do mesmo. Para isso explicitaremos o tipo de pesquisa realizado.

Iniciamos com a elaboração de um referencial teórico para a pesquisa, baseado no princípio da necessidade de construção de um pensamento contra-hegemônico, isto é, comprometido em dar uma análise diferente daquelas consagradas pelos meios acadêmicos, compromissada com uma reinterpretação dos fenômenos sociais. Por isso acreditamos que a interpretação marxista, por meio de instrumentos de análise como o materialismo dialético e histórico, servirá de base para as análises acerca da história das lutas e dos desafios políticos dos trabalhadores em educação do Brasil, particularmente os que atuam em Minas Gerais. A base

¹Segundo Vera Lúcia Dobbeck, em sua dissertação *O professor e a categoria profissional: a construção da consciência política*, aponta que Dermeval Saviani afirma que a questão não se coloca na contraposição entre produtivo ou improdutivo do caráter do trabalho docente, mas sim entre o caráter material e imaterial.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

central deste referencial teórico centra-se nos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels. No entanto, não podemos supor que tanto Marx quanto Engels contemplaram a totalidade dos assuntos. Eles, na verdade, criaram os instrumentos capazes para outros continuarem a sua interpretação.

Após essa primeira etapa, tornou-se importante levar a cabo uma pesquisa histórica casada com uma pesquisa empírica, com trabalho de campo. É esta etapa que consideramos importante, pois por meio dela que novos dados trarão novas luzes sobre o fenômeno tão necessário para um este trabalho.

Para o nosso trabalho, percebeu-se a necessidade de dois métodos de pesquisa a serem usados. Primeiro, foi necessária a busca de documentos que podiam nos indicar o conteúdo dos materiais usados e divulgados nas mobilizações dos trabalhadores em educação de Minas Gerais no período entre 1978 e 1998. Materiais como panfletos, boletins, jornais, circulares e comunicados em rádio e TV, produzidos pela própria entidade sindical (o Sind-UTE/MG), por suas subseções, ou por grupos de oposição a direção estadual, puderam nos dar subsídios importantes para a nossa pesquisa.

O outro método usado foi a busca por fontes orais. Isto é, a coleta de depoimentos de testemunhas e participantes dos momentos históricos a serem estudados. O uso de fontes orais permite que o pesquisador possa compreender o processo de trabalho, suas experiências e suas relações sociais que dela resultam. Ademais, as fontes orais podem permitir observar determinado fenômeno social a partir de uma visão diferente das autoridades e dos próprios líderes populares, ao permitir que testemunhas que atuaram nas bases de referidos movimentos possam dar suas contribuições na reconstrução mais realista do momento histórico.

Considerações finais

A partir do material empírico levantado e baseando-se em nosso referencial teórico, acreditamos que ao longo de nossa pesquisa tivemos a possibilidade de chegarmos a alguns resultados importantes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Analisando os documentos físicos levantados, como panfletos, jornais e boletins sindicais, percebemos que no período estudado houve uma grande produção teórica e informativa no movimento sindical docente de Minas Gerais, no qual acreditamos que refletia uma tendência nacional de mobilização. O caráter de classe dos trabalhadores em educação – e de seu movimento sindical – é colocado em destaque, ressaltando as características dos mesmos em comparação com os demais trabalhadores que se mobilizavam no mesmo período. Como exposto no caderno de deliberações do Congresso de unificação do Sind-UTE/MG:

O sindicalismo classista reconhece o trabalhador como vendedor da força de trabalho – condição imposta pelas relações capitalistas – mas vai além: entende o conjunto da classe trabalhadora como produtora da riqueza social. Vê a luta reivindicatória por melhores salários como fundamental, mas não como um fim em si mesmo. Reconhece a necessidade de se articular as lutas de cada categoria ao projeto histórico da classe trabalhadora – a construção do socialismo – buscando sempre a participação de todos os trabalhadores e tentando fazer do sindicato um organismo vivo, construído pelo conjunto dos trabalhadores de cada ramo de atividade. [...] Ao afirmarmos que esta deve ser a concepção do movimento sindical – e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG – entendemos a necessidade de estabelecer a distinção entre Partido e Sindicato. [...] (DOCUMENTO FINAL, 1990, p. 16, grifo nosso)

A solidariedade de classe também é bastante citada entre os materiais e nos relatos de professores participantes do movimento, de forma didática e teórica, mas baseando também em fatos concretos da realidade do docente. Como por exemplo, numa nota publicada no panfleto da União dos Trabalhadores do Ensino de MG (UTE/MG, atual Sind-UTE/MG), de abril de 1982.

No próximo dia 16 de abril, o Superior Tribunal Militar julgará Luiz Inácio da Silva (Lula) e mais 16 sindicalistas, pelo “crime” de terem dirigido a greve de suas categorias por melhores condições de vida. Nós professores que já realizamos 2 greves e obtivemos melhorias concretas em nossos salários, não podemos permitir que este governo condene qualquer trabalhador por lutar em defesa de seus interesses. Portanto nos posicionamos desde agora contra a condenação de Lula e de seus companheiros. (BOLETIM, 1982, p. 4)

Não podemos nos esquecer que muitos destes materiais foram produzidos por setores da categoria profissional que assumiram a direção sindical e política dos mesmos. Isto é, a visão e a opinião existentes nestes materiais expressam apenas o posicionamento deste setor, que buscava refletir o pensamento da categoria como um todo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esta situação fica claro ao analisarmos as entrevistas com os docentes que realizamos. Percebemos que apesar do discurso e da necessidade de reeducar politicamente os trabalhadores em educação por meio destes materiais, havia uma diferença entre os projetos que figuravam em ambos. Para o setor considerado vanguarda, o horizonte se materializava em um projeto de uma nova sociedade construída pela ação coletiva da classe trabalhadora, mesmo que em muitos casos esse projeto, em diferentes situações, não era claro e definitivo.

Tinha muito ainda uma parcela da categoria que não conhecia nem, não gostava nem que fosse chamado de trabalhador. Magistério, educadores, professores... Trabalhador em educação havia uma resistência grande. O nome UTE/MG teve que ir à votação. Muita gente dizia “*vocês estão estreitando*”, e nós insistíamos que deveria ser Trabalhadores em Educação.

A vanguarda teve um papel importante naquela ocasião. Não íamos apenas pelo senso comum, nós avançamos em concepções que não eram naquela época unânimes. Mas foram sendo construídas, é o papel mesmo de quem está à frente, não era apenas seguir o que [...], era a diferença que nós fizemos questão de exercer naquele momento. O próprio nome UTE/MG foi muito debatido, muita gente não queria chamar de trabalhador. Enfim, acabou prevalecendo essa tese. (CORREA, 2012)

Para outro setor, a base da categoria, salvo exceções individuais, não vislumbrava a luta política com o objetivo da transformação da sociedade, mas apenas via na mobilização a possibilidade de uma melhora salarial e das condições de trabalho. Isto é, a categoria dos trabalhadores em educação limitou-se – segundo a definição de Lênin – à consciência trade-unionista, ou sindicalista, durante o período estudado.

O que predominou e acho que ainda predomina é a questão salarial. Embora algumas pessoas tenham a consciência, inclusive enfatizam, toda vez que, tá em luta, tá em greve, a questão da qualidade da educação e até já disse anteriormente, que muitas conquistas embora pequenas, colegiados, verbas para escola direto que nós não tínhamos na época, tudo foi conquista de mobilização e de greve. Mas não era a fala da maioria. A maioria sempre foi por questão única e exclusivamente salarial. (FERREIRA, 2011)

Diante disso, podemos concluir que ao longo da trajetória histórica do movimento sindical docente de Minas Gerais, as entidades sindicais da categoria, entre elas a UTE/MG, buscavam a construção da consciência de classe dos professores e trabalhadores em educação, por meio do trabalho didático dos materiais impressos, mas também por meio das mobilizações e greves juntamente com sua base. No entanto, como a consciência de classe é um fenômeno processual





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dependente, entre outros fatores, de uma conjuntura favorável e de uma correlação de forças existentes no momento, ela tem momentos de curva acedente e momentos de curva descendente, com avanços e retrocessos, no qual seu ápice foi o período entre o final dos anos 1970 até a primeira metade da década de 1980.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 2.ª edição, 1995.

ARCARY, Valério. **Esquinas perigosas da História**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.

BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus**: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2010.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. **O professor e a categoria profissional: a construção da consciência política**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2000.

FERREIRA Jr., Amarílio. **Sindicalismo e proletarianização**: a saga dos professores brasileiros. Tese de doutorado, USP, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

LENIN, Vladimir. **O estado e a revolução**. Obras Escolhidas, volume 2. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletário no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Escorpião, 1974.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Expressão Popular. 2008

RÊSES, Orlando da Silva. *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro*. In: **Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Professores e Ativistas da Esfera Pública**. São Paulo: Editora Cortez. 1995.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa – v. 1 A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Referências de fontes documentais

BOLETIM da UTE/MG, abril de 1982, p. 4.

DOCUMENTO final do Congresso de unificação. **Caderno de deliberações**. Agosto de 1990, p. 16.

Entrevistas

Maria de Fátima Ferreira – concedida em 10 de outubro de 2011.

Rogério Correa – concedida em 10 de fevereiro de 2012.

